

Queda nos repasses provoca emergência financeira em SV

Kayo Amado decreta cortes em insumos e verbas de viagem para equilibrar as contas



VICTOR BARRETO
DA REDAÇÃO

São Vicente está em estado de emergência financeira. O decreto foi publicado terça-feira, no Boletim Oficial do Município. A justificativa é a diminuição dos recursos repassados pelos governos Estadual e Federal. Segundo o prefeito Kayo Amado (Podemos), a Cidade passa por um momento "desafiador".

"Dentro de um cenário como esse, você precisa fazer um contingenciamento para conseguir encaixar o seu orçamento dentro da sua receita", declara Amado. Segundo o prefeito, o principal objetivo do decreto é garantir aos municípios o acesso aos serviços essenciais. "O objetivo é fazer com que as pessoas não sintam as variações dessa queda de arrecadação que estamos tendo".

A queda mencionada é referente ao repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que sofreu "grandes reduções", de acordo com a Prefeitura. Além disso, os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) não estão acompanhando os aumentos dos custos para manter a Educação Básica.

ECONOMIA NACIONAL

O documento também aponta a queda de 2% na atividade econômica do Brasil nos meses de maio e junho, divulgada recentemente pelo Governo Federal, como um fator que acarretará a queda na arrecadação tributária e, como consequência, nas receitas



Segundo o prefeito, diminuição nas verbas estaduais e federais obrigaram o Município a apertar o cinto

O QUE MUDA

■ O Município determinou a redução imediata de despesas, como o valor gasto com adiantamentos aos servidores e agentes políticos em viagens a serviço da Prefeitura, reduzido em 50%. Foi determinada, também, a redução de 40% no quantitativo de horas extras realizadas e pagas em todas as secretarias, com exceção da Secretaria de Saúde (Sesau).

■ As compras de combustível para a frota de veículos municipais também sofrerá uma redução de 30%, ao menos. Há também a suspensão dos serviços e do funcionamento da frota de máquinas pesadas e caminhões, exceto em casos de extrema urgência. Eventos, festas ou solenidades que dependam de aporte financeiro também estão suspensos, fora os que já estavam previstos no calendário e possuem dotação orçamentária própria.

■ Na Educação, São Vicente suspendeu projetos extracurriculares, exceto os que se destinam a recuperar ou recompor aprendizagem prevista na grade curricular. A licença-prêmio também sofreu corte, bem como "qualquer outra licença discricionária que enseje o pagamento de horas a outro servidor a fim de substituição". Casos de atendimento de necessidades dentro da rede municipal são exceções.

transferidas pelos governos Federal e Estadual.

"O 'bolo' dessa coleta de impostos ficou menor e as fatias que os municípios recebem estão menores. Com isso, temos uma menor capacidade de pagar as despesas", explica o prefeito.

De acordo com Kayo Amado, o estado de emergência financeira seguirá em vigor até o momento de normalização desses repasses. "Até o momento em que conseguirmos equilibrar de novo as contas, temos que sobreviver a isso".

DEPENDÊNCIA

Segundo o prefeito, São Vicente é historicamente dependente de repasses de recursos estaduais e federais, mesmo sendo a 25ª maior cidade do Estado. A Cidade chegou a figurar em 597º lugar, entre 645 cidades do Estado, na dependência de recursos de outras esferas.

Kayo Amado afirma que, apesar do cenário que classificou como "preocupante", a Administração Municipal tenta fazer com que esse quadro seja amenizado. "Trabalhamos em três pi-

lares: fortalecer a construção civil, investir em turismo e comércio e buscar o desenvolvimento da Área Continental, tanto na questão retroportuária quanto no incentivo às indústrias e empresas".

O trabalho, no entanto, é pensado a longo prazo. "Estamos trabalhando nesses três eixos para fazer a Cidade ser menos dependente desses repasses ao longo tempo".

ORÇAMENTOS DISTINTOS

O prefeito ressaltou que existem recursos de investimento e de custeio, sendo que os primeiros são utilizados para obras em andamento, como as no canal da Linha Vermelha, na orla da Gonzaguinha e no canal da Avenida Eduardo Souto, por exemplo.

Por outro lado, os recursos de custeio, esses sim afetados pelos cortes, são destinados ao pagamento de despesas, como de salários e contratação de máquinas. "O recurso de investimento eu só posso usar para fazer algo, não posso pegá-lo para pagar despesas do dia a dia. É uma questão de legalidade. São coisas diferentes separadas".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Cidades Caderno: A Página: 4